



Práticas para uma comunicação comprometida com a Cidadania

Sem deixar ninguém para trás!



GOVERNO DE
**Mato Grosso
do Sul**



Como Estado, temos o dever de assegurar que a comunicação pública contribua para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e acessível. A forma como comunicamos influencia diretamente a percepção da população sobre seus direitos, sobre o papel das instituições e sobre a diversidade que compõe nosso país.

Por isso, este guia reafirma o compromisso institucional com uma comunicação que promova a cidadania, fortaleça a confiança pública e represente todas as pessoas com respeito e responsabilidade.

Este material foi desenvolvido para orientar equipes e gestores na adoção de práticas comunicacionais alinhadas aos princípios da igualdade, da participação social e do interesse público. Ele não oferece soluções prontas, mas diretrizes que ajudam a qualificar o trabalho diário e a garantir que nenhuma mensagem emitida pelo Estado reproduza desigualdades ou invisibilize sujeitos.

Que este guia seja uma ferramenta permanente de referência para o serviço público, contribuindo para que a comunicação governamental seja sempre um instrumento de inclusão, transparência e garantia de direitos, pilares fundamentais da cidadania.

Viviane Luiza da silva
Secretária de Estado da Cidadania

Este guia nasce do entendimento de que a forma como contamos histórias importa, e muito. Num tempo em que informações atravessam fronteiras em segundos, comunicar não é apenas publicar: é responsabilizar-se pelo impacto que cada palavra produz.

Reunimos neste material reflexões e orientações que ajudam a evitar estereótipos, revitimizações e discursos que reforçam desigualdades. O guia aborda os recortes sociais que compõem a pasta da Cidadania e mostra como a imprensa e os produtores de conteúdo podem contribuir para o enfrentamento ao racismo, idadismo, misoginia, LGBTfobia e outras violações de direitos humanos.

Mais do que um documento técnico, este é um convite para uma comunicação que humaniza. E, pessoalmente, é também um conteúdo que eu gostaria de ter recebido lá atrás, quando era repórter de jornais e buscava caminhos para narrar histórias sem ferir, sem simplificar realidades e sem repetir violências simbólicas.

A proposta do guia não é apresentar receitas “prontas”, e sim trazer à consciência de que cada texto, imagem e abordagem têm potencial para fortalecer direitos, ampliar vozes e promover a cidadania. É isso que nos move. É isso que esperamos que move também quem comunica.

Paula Maciulevicius

Assessora de Comunicação Secretaria de Estado da Cidadania

APRESENTAÇÃO

A imprensa tem um papel estratégico na formação da opinião pública e na construção de uma sociedade mais justa e informada. Ao pautar temas, escolher palavras e dar visibilidade a determinadas histórias, comunicadores e veículos de mídia influenciam a forma como a população comprehende o mundo e, consequentemente, como reage a ele. Por isso, mais do que noticiar, o jornalismo é também um ato de responsabilidade social.

Esta cartilha propõe um convite: envolver e inspirar profissionais da comunicação a reconhecerem-se como parte da rede de proteção e promoção da cidadania. Queremos fomentar uma atuação cuidadosa, ética e comprometida, capaz de fortalecer uma cultura de paz e equidade de gênero.

Os meios de comunicação desempenham papel crucial nessa narrativa, pois têm o poder de moldar percepções, desconstruir estigmas e ampliar o debate público sobre temas sensíveis. Ao relatar casos de feminicídio, por exemplo, é essencial fazê-lo com precisão, sensibilidade e ética, destacando a gravidade do problema e suas causas estruturais, e não apenas seus desfechos trágicos.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros orienta essa prática ao afirmar que o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade e com o interesse público. Ser jornalista é lutar pela liberdade de expressão com responsabilidade, respeitar a dignidade humana e defender os direitos de todos os cidadãos, em especial das mulheres, pessoas idosas, negras, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, povos originários e demais grupos historicamente minorizados.

Com base nesses princípios, o projeto “Práticas para uma Comunicação comprometida com a Cidadania” apresenta conteúdos de sensibilização e exemplos de como os meios de comunicação podem atuar de forma ética e transformadora. O objetivo é construir uma comunicação que fortaleça a cidadania e promova o respeito à diversidade, combatendo estereótipos, desinformações e todas as formas de discriminação.

Contamos com você para que, juntos, possamos fazer com que a sociedade enxergue e pratique uma comunicação verdadeiramente comprometida com a cidadania.

Sugestões para uma cobertura comprometida com a cidadania

Qual é o papel da imprensa na cobertura de casos de violência de gênero?

O papel dos meios de comunicação é informar a sociedade sobre os fatos e crimes, mas a cobertura de casos de violência de gênero não pode se limitar ao aspecto policial. É essencial contextualizar a violência, compreendendo suas causas e consequências dentro de uma estrutura social marcada pela desigualdade entre homens e mulheres.

A naturalização dessa desigualdade está na raiz de muitos crimes, alimentando a ideia de que o agressor tem o direito de controlar, punir ou possuir a mulher. Por isso, o jornalismo tem a responsabilidade de romper com essa lógica e contribuir para uma narrativa que promova respeito e equidade.

Conforme orienta o Manual Universa para Jornalistas, ao abordar casos de violência de gênero, o profissional deve evitar a revitimização, não subestimar a mulher e proteger sua história e memória de qualquer forma de ataque ou julgamento.

Uma cobertura comprometida com a cidadania deve contextualizar o caso, evidenciar as desigualdades estruturais que sustentam a violência e indicar os caminhos de denúncia, prevenção e acolhimento das vítimas.

Compreender o que é feminicídio

O feminicídio, definido pela Lei nº 13.104/2015, é o assassinato de uma mulher por sua condição de gênero, motivado por violência doméstica e/ou discriminação à condição feminina.

É a forma mais extrema da violência de gênero, resultado de desigualdades históricas e de um ciclo de violências que pode ser físico, psicológico, sexual, patrimonial ou moral.

Mais que um termo jurídico, o feminicídio é um fenômeno social que exige cobertura sensível e responsável, voltada à conscientização e ao enfrentamento da violência de gênero.

Trabalhar pautas necessárias

A cobertura sobre violência contra as mulheres deve ir além do crime, investigando falhas do sistema de proteção e ações que poderiam ter evitado o desfecho violento.

Perguntas como se a vítima buscou ajuda, registrou ocorrência ou recebeu encaminhamentos ajudam a expor a responsabilidade do Estado na prevenção.

A Constituição Federal e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) determinam que o poder público deve prevenir, acolher e responsabilizar agressores, fortalecendo a rede de proteção às mulheres.

Cuidados com títulos e imagens

A forma de apresentar uma notícia influencia diretamente a percepção pública. Por isso, é essencial adotar uma postura ética e sensível ao escolher títulos, textos e imagens.

Evite títulos sensacionalistas e conteúdos que culpabilizem ou desrespeitem a vítima. **A culpa nunca é da mulher**, e o material jornalístico deve preservar sua dignidade, memória e intimidade.

Imagens violentas, sexualizadas ou que induzem a julgamentos morais violam direitos e reforçam estereótipos. Prefira elementos que ajudem a compreender o contexto da violência.

Na apuração, use construções responsáveis, por exemplo: “Mulher denuncia estupro”, em vez de “Mulher diz que foi estuprada”

Evite ainda incluir detalhes da rotina que possam ser interpretados como justificativa para o crime, como por exemplo “costumava sair para festas” ou “publicava fotos em baladas”, que não agregam informação relevante e apenas reforçam a cultura de culpabilização. O foco deve estar no agressor e nas estruturas que permitem a violência, não na conduta da vítima.

Além do boletim de ocorrência: humanize a história

O jornalismo deve ir além dos números, dando rosto, voz e humanidade às vítimas da violência de gênero. A cobertura deve sensibilizar, e não apenas relatar o crime.

Evite o tom policial ou narrativas que tratem o caso como “história de amor com final trágico”. Mostre quem era a mulher, sua vida, sonhos e o impacto da violência em sua trajetória e família.

- **Abordagem com empatia:** Ao ouvir uma mulher em situação de violência, seja sensível e respeitoso. Explique como sua identidade será protegida e respeite seu tempo de fala. Prefira “ouvir sua história” a “entrevistar para a matéria”.
- **Respeito aos familiares:** Em casos de feminicídio, evite revitimizar quem vive o luto. Dê prioridade a pessoas mais distantes e busque compreender quem era a vítima, não apenas o crime.
- **Respeito à decisão da vítima:** Se a mulher optar por não divulgar nome ou imagem, essa decisão deve ser integralmente respeitada. Oriente-a sobre os efeitos da exposição e mostre que é possível conscientizar sem se identificar.
- **Evite descrições desnecessárias:** Narrar cenas de violência em detalhes não informa, apenas revitimiza. Foque na contextualização e nas causas da violência.

Busque fontes qualificadas

A cobertura sobre violência contra as mulheres deve ir além da segurança pública. Ouvir amigos, vizinhos, profissionais da rede de atendimento, pesquisadoras e especialistas em gênero torna a narrativa mais completa e responsável.

Inclua fontes qualificadas como: do Ministério Público, Tribunal de Justiça, centros de referência, universidades e movimentos sociais são essenciais para contextualizar dados, explicar causas e propor soluções.

- Mostre os próximos passos

Explique em que fase o processo está e quais etapas ainda virão: da investigação policial à denúncia do Ministério Público e ao julgamento no Tribunal de Justiça.

Isso contribui para informar com clareza e reforçar a importância do acompanhamento judicial dos casos de violência de gênero.

Divulgue canais de denúncia e serviços de acolhimento

Divulgar informações sobre canais de denúncia e serviços públicos de acolhimento fortalece a confiança das vítimas na rede de proteção e pode evitar desfechos fatais.

Central 180 – atendimento gratuito, 24h, com orientações e encaminhamento para a rede de proteção.

Polícia Militar – 190 – para emergências ou risco iminente.

Vitória - (67) 3348-6657 - Orientadora virtual do Governo do Estado que ajuda mulheres a encontrarem apoio, informação e proteção

Delegacias da Mulher (DEAMs) – registro e acompanhamento de casos de violência doméstica e sexual.

Casa da Mulher Brasileira - registro de boletim de ocorrência, acolhimento psicossocial, orientação jurídica e acompanhamento às vítimas.

CEAMCA (Centro Especializado no Atendimento à Mulher, Criança e Adolescente em Situação de Violência) ou **CRAM** (Centro de Referência de Atendimento à Mulher) - acolhimento psicossocial, orientação jurídica e acompanhamento às vítimas.

Não se Cale - Site da Secretaria de Estado da Cidadania que concentra informações sobre onde procurar ajuda, e os organismos de políticas públicas para mulheres em todo o Estado.

Foque na mulher

Em coberturas de grande repercussão, é comum que o olhar da imprensa se volte para o agressor — sua história, versão dos fatos e imagem. Essa escolha desequilibra a narrativa, invisibiliza a vítima e, muitas vezes, colabora para sua desmoralização.

O foco da reportagem deve estar sempre na mulher em situação de violência: sua trajetória, seus sonhos, os sinais que pudessem alertar a violência e o impacto da agressão em sua vida e na de quem a cercava.

Mostrar que crimes como o feminicídio geralmente começam com violências psicológicas e morais naturalizadas é uma forma de promover consciência social, empatia e prevenção.

Não justifique o agressor

Ouvir todas as partes envolvidas é parte do trabalho jornalístico, mas isso deve ser feito com cautela e responsabilidade. A versão do acusado pode ser mencionada, desde que de forma sucinta e contextualizada, sem transformá-la no eixo da narrativa.

Evite reproduzir frases machistas, justificativas passionais ou discursos que minimizem o crime. Se for necessário incluí-los, apresente contrapontos claros, explicando que a principal causa da violência contra as mulheres está na naturalização da desigualdade de gênero, que faz com que o agressor se sinta no direito de dominar, punir ou “corrigir” a vítima.

Apoie-se sempre em fontes qualificadas e contextos jurídicos ou institucionais, como trechos da Lei Maria da Penha ou declarações de autoridades competentes, reforçando que nenhuma justificativa emocional, moral ou cultural legitima a violência.

Dê nome ao crime

Identificar corretamente o tipo de crime e sua base legal é essencial para desnormalizar a violência e reforçar que o enfrentamento à violência de gênero tem amparo na lei.

Tratar o feminicídio como crime autônomo, e não apenas como uma qualificadora do homicídio, garante visibilidade, reconhecimento e resposta efetiva do poder público e da sociedade. Nomear corretamente é uma forma de mostrar que essas mortes são resultado de desigualdades e preconceitos de gênero.

A imprensa deve usar termos adequados e precisos, evitando suavizar a relação entre o suspeito e o crime. A nomenclatura deve acompanhar o andamento do processo:

Suspeito ou investigado – quando há registro de ocorrência ou inquérito policial; Denunciado – quando o Ministério Público apresenta denúncia;

Réu – quando a Justiça acata a denúncia; Condenado – após sentença judicial

Nomear corretamente é reconhecer a gravidade da violência e reforçar o papel do jornalismo na promoção da justiça e da igualdade.

Contextualize com dados

Usar dados e estatísticas oficiais é fundamental para mostrar que a violência de gênero não é um caso isolado, mas um problema estrutural e cultural.

Essas informações ajudam a dimensionar o feminicídio e a reforçar o debate sobre as desigualdades que sustentam o controle e a dominação sobre as mulheres.

O Brasil está entre os países que mais matam mulheres no mundo — são mais de três assassinadas por dia apenas por serem mulheres.

Contextualizar com dados é informar com responsabilidade e evidenciar a urgência de enfrentar a violência de gênero.

Como retratar a pessoa idosa na mídia

O modo como a imprensa retrata a pessoa idosa tem impacto direto na forma como a sociedade a enxerga. O jornalismo, enquanto instrumento de cidadania e transformação social, tem papel essencial na promoção do respeito, da dignidade e da valorização desse público, combatendo estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias baseadas na idade, conhecidas como idadismo ou etarismo.

Mais do que informar, a comunicação responsável deve reconhecer a pessoa idosa como sujeito de direitos, protagonista de sua própria história e agente ativo na construção da sociedade. Adotar uma linguagem inclusiva e positiva, que valorize experiências, trajetórias e contribuições, é um passo fundamental para fortalecer a cultura do bom trato, da convivência intergeracional e da defesa dos direitos humanos em todas as idades.

Sugestões práticas de como uma comunicação pode combater o idadismo

Quem é a pessoa idosa?

De acordo com o artigo 2º da Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) e o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), é considerada pessoa idosa aquela com 60 anos ou mais.

Nos processos comunicacionais, as pessoas idosas devem ser reconhecidas como sujeitos de direitos: cidadãos com voz, autonomia e capacidade de decisão. Enxergá-las em sua integralidade significa reconhecer sua participação ativa, produtiva e simbólica na sociedade, como ocorre em todas as fases da vida.

Evitar estereótipos e usar linguagem respeitosa

A forma como nomeamos e representamos as pessoas idosas influencia diretamente a maneira como a sociedade as percebe. Palavras e imagens constroem subjetividades e podem reforçar preconceitos, estigmas e a ideia de incapacidade.

- Procure adotar uma linguagem respeitosa, inclusiva e sem infantilização, valorizando a pessoa idosa como cidadã autônoma e participativa;
- Evite reduzi-la a papéis ou rótulos como “avó”, “aposentado”, “sexagenário”, “terceira idade”, ou “melhor idade”, que infantilizam ou romantizam ou ainda usar diminutivos e expressões paternalistas que tratem a velhice como fragilidade;

- Prefira “pessoa idosa”, termo que centraliza o indivíduo, sem distinção de gênero ou condição;
- Também é recomendável evitar expressões como “apesar da idade”, “ainda faz”, “não parece ter”, que reforçam a ideia de que envelhecer é uma limitação;
- Use linguagem neutra e respeitosa, que trate a velhice como uma etapa natural e diversa da vida.

Nas imagens, não reforce estereótipos, como por exemplo mãos enrugadas sobre bengala, olhar perdido na janela. A pessoa idosa não se resume a alguém de cabelos brancos. Procure mostrar a diversidade que é tão presente em nosso Mato Grosso do Sul, com diferentes identidades, etnias, estilos de vida e contextos. E, principalmente, nunca exponha a pessoa idosa ao ridículo ou à vulnerabilidade.

Abordar a velhice de forma positiva

A comunicação tem papel essencial na construção de novos olhares sobre o envelhecimento. Envelhecer é natural e envolve transformações, mas também aprendizados, vitalidade e novas possibilidades

- Mostre pessoas idosas atuando com protagonismo, seja estudando, trabalhando, convivendo com outras gerações e participando de projetos, não apenas como objeto de cuidado.
- Evite associar a velhice apenas a doença, solidão ou dependência;
- Valorize o envelhecimento como uma etapa rica e ativa, marcada por experiências, saberes e contribuições sociais.

Dar voz às pessoas idosas e ampliar os temas

As pessoas idosas não devem aparecer apenas como vítimas, mas como fontes de informação, cultura e transformação. Promova espaços para ouvir as pessoas idosas e compreender suas percepções sobre como são representadas.

- Produza conteúdo com elas, e não apenas sobre elas, isso dá autenticidade e legitimidade à comunicação;
- Amplie a presença de pessoas idosas como fontes, especialistas e porta-vozes, não só como público-alvo de políticas;

- Inclua temas como direitos, participação social, intergeracionalidade, cultura, tecnologia e mercado de trabalho;
- Trate o envelhecimento como assunto coletivo, não restrito à saúde ou assistência social;
- Mostre a pessoa idosa como parte da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento coletivo.

Contextualizar informações sobre envelhecimento

Ao comunicar sobre a velhice, o envelhecimento e a pessoa idosa, é essencial oferecer contexto e profundidade. A falta de contextualização pode levar à reprodução de estereótipos ou à simplificação de temas complexos. Uma boa comunicação deve situar o leitor ou espectador, explicando as causas, impactos e perspectivas que envolvem o assunto.

Incluir dados, pesquisas, depoimentos de pessoas idosas e opiniões de especialistas enriquece a narrativa e amplia a compreensão sobre os desafios e conquistas do envelhecimento. O contexto permite enxergar as pessoas idosas não como casos isolados, mas como parte de processos sociais, culturais e econômicos mais amplos.

- Apresente informações baseadas em dados e fontes confiáveis;
- Inclua falas e experiências de pessoas idosas, valorizando o protagonismo;
- Consulte especialistas e estudos que ajudem a interpretar o tema;
- Evite simplificações ou enquadramentos que reforcem estigmas ou representações negativas;
- Mostre o envelhecimento em sua pluralidade, como fenômeno humano, social e político.

Reforce o envelhecimento como direito

A comunicação tem papel essencial na construção de uma sociedade baseada em valores de respeito, empatia e reconhecimento mútuo. Promover o bom trato é valorizar a pessoa idosa em sua dignidade, em todas as formas de representação, e contribuir para relações sociais mais justas e solidárias.

Essa abordagem implica não apenas adotar linguagem respeitosa e inclusiva, mas também denunciar e combater todas as formas de violência, negligência e discriminação por idade, o idadismo, que ainda se manifesta de forma explícita ou velada no cotidiano e na mídia.

- Vincule o tema às políticas públicas, ao Estatuto da Pessoa Idosa e aos princípios da cidadania;
- Mostre que o combate ao idadismo é parte da luta por igualdade e dignidade, assim como o combate ao racismo ou ao sexismo;
- Evite piadas, estereótipos ou representações que ridicularizem o envelhecimento;
- Dê visibilidade às ações que promovem a convivência intergeracional e respeito às diferenças;
- Repudie e denuncie abusos físicos, psicológicos, negligência ou abandono;
- Contribua para fortalecer uma cultura de cuidado, empatia e cidadania.

Empoderamento das pessoas idosas

Empoderar as pessoas idosas significa dar visibilidade aos seus direitos, valorizar sua voz e promover sua plena inclusão e participação na sociedade. O Estatuto da Pessoa Idosa e a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa asseguram que todas as pessoas com 60 anos ou mais tenham igualdade de condições para exercer suas liberdades e cidadania, com respeito à autonomia, à dignidade e à independência.

O empoderamento passa por reconhecer o direito ao aprendizado ao longo da vida, o direito de serem ouvidas e respeitadas, sem infantilização, e o acesso a serviços públicos essenciais — como previdência, assistência, saúde, educação, transporte e moradia. Também envolve o reconhecimento da capacidade de gerir seus bens e decisões e de buscar as autoridades quando seus direitos forem violados.

Divulgue canais de denúncia e serviços de acolhimento

Toda comunicação pode incluir informações sobre onde e como buscar ajuda. Indicar os canais de denúncia e os serviços de atendimento é uma forma de garantir acesso à proteção e fortalecer a rede de apoio.

Disque 100 - Você pode ligar gratuitamente de telefone fixo ou celular para o número 100. As denúncias são registradas e encaminhadas aos órgãos competentes.

Polícia Militar 190 - Em caso de emergências ou risco eminentes.

MPMS (Ministério Público de Mato Grosso do Sul) - Pelo WhatsApp (67) 99196-7690 (O serviço é exclusivo para Campo Grande)

Unidades Municipais de Saúde

Delegacias

CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) ou **Creas** (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) da região.

Comunicação respeitosa e não capacitista: o papel da mídia na inclusão

Comunicar é muito mais do que transmitir uma mensagem. É representar pessoas, histórias e trajetórias com respeito, e da forma como elas desejam ser representadas. Quando falamos sobre pessoas com deficiência, essa responsabilidade ganha ainda mais peso: cada palavra, expressão ou escolha de imagem pode reforçar preconceitos ou, ao contrário, abrir caminhos para a inclusão.

Este ponto do guia apresenta orientações práticas para jornalistas e profissionais da comunicação que desejam construir conteúdos mais inclusivos e livres de preconceitos. A proposta é oferecer exemplos diretos e uma linguagem acessível para uma representação mais justa das pessoas com deficiência na mídia.

O que é deficiência

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), da Organização das Nações Unidas (ONU), pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem restringir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

O Brasil segue essa Convenção, que possui status de emenda constitucional, garantindo que todas as leis do país estejam alinhadas a seus princípios. No mesmo sentido, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforça esse entendimento ao definir a deficiência como uma condição que surge da interação entre o impedimento e as barreiras existentes no meio, e não apenas de um aspecto individual.

Capacitismo: o que é e por que precisamos falar sobre isso

O capacitismo é uma forma de discriminação contra pessoas com deficiência. Ele se manifesta por meio de atitudes, linguagens, práticas sociais e barreiras, sejam físicas, comunicacionais ou comportamentais que limitam o pleno exercício da cidadania. Ocorre, por exemplo, quando se presume que alguém é incapaz apenas por ter uma deficiência, ou quando se adota uma postura de superproteção que impede o desenvolvimento e a autonomia dessa pessoa.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) define o capacitismo como toda forma de distinção, restrição ou exclusão que tenha o propósito ou o efeito de impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício de direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência. Falar sobre capacitismo é, portanto, uma forma de promover o respeito, a equidade e a inclusão.

Terminologia: como falar de forma correta e respeitosa

Usar os termos adequados é essencial para enfrentar preconceitos e promover a igualdade. Palavras como inválido, aleijado, defeituoso ou excepcional carregam conotações pejorativas e foram abolidas pelo movimento de inclusão. Da mesma forma, expressões como portador de deficiência ou pessoa com necessidades especiais estão em desuso e devem ser evitadas.

A forma correta e mais aceita, inclusive pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e pela Lei Brasileira de Inclusão, é “pessoa com deficiência”, expressão que reafirma o protagonismo da pessoa antes da condição. Ela deve ser usada em todas as situações: mulher com deficiência, homem com deficiência, aluno com deficiência, trabalhador com deficiência.

Evite usar o termo “deficiente”, pois ele reduz a pessoa à sua condição, como se a deficiência a definisse por completo. Lembre-se: deficiência não é doença, pessoas com deficiência adoecem como qualquer outra, mas sua condição não limita sua saúde, potencial ou cidadania.

Expressões corretas e representações respeitosas

Usar os termos adequados é parte essencial de uma comunicação comprometida com a cidadania e o respeito. As palavras moldam percepções, e escolher bem é uma forma de combater preconceitos e promover inclusão.

- **Comparações e linguagem**

Evite comparações que classifiquem pessoas sem deficiência como “normais”. Isso implica que pessoas com deficiência seriam “anormais”, o que é incorreto e preconceituoso. O conceito de “normalidade” é relativo e não deve pautar o modo como descrevemos ninguém.

- **Cadeirante:** A pessoa que usa cadeira de rodas pode ser chamada de cadeirante ou usuário de cadeira de rodas. Evite “paralítico”, “inválido” ou “doente”.
- **Deficiência visual e baixa visão:** Prefira pessoa com deficiência visual ou pessoa cega — nunca “ceguinho” ou “pessoa parcialmente cega”. Quando houver resíduo de visão, use pessoa com baixa visão ou pessoa com deficiência visual parcial.
- **Deficiência física:** Use pessoa com deficiência física. Evite “deficiente físico”, “aleijado”, “inválido” ou “defeituoso”.

- Deficiência intelectual: Desde 2004, a Organização Mundial da Saúde (OMS) adotou o termo deficiência intelectual, substituindo “deficiência mental”. Evite “retardado”, “retardo mental” ou “mentalmente atrasado”. A deficiência intelectual afeta a forma de compreender e aprender, não o valor ou a capacidade da pessoa.
- Deficiência auditiva: Use pessoa surda ou pessoa com deficiência auditiva. Nunca “surdo-mudo”, visto que o termo é considerado incorreto e inadequado, e parte de uma concepção equivocada de que pessoas surdas não falam, quando, na verdade, a maioria tem as cordas vocais em perfeito funcionamento.

É importante compreender a diversidade da comunidade surda: há pessoas surdas oralizadas: aquelas que leem lábios, falam, dominam o português escrito e podem usar (ou não) próteses auditivas.

A surdez varia entre leve, moderada, severa e profunda, mas em qualquer grau, trata-se de uma pessoa surda ou com perda auditiva, o que muda é a forma de comunicação, que pode ser oral, em Libras (Língua Brasileira de Sinais), que é reconhecida como língua oficial no Brasil, ou bilíngue, quando se usa as duas formas de comunicação.

- Pessoa com surdocegueira: O termo correto é pessoa com surdocegueira (sem hífen). A palavra única reflete a condição específica de quem vivencia, de forma combinada, limitações auditivas e visuais. Evite “surdo-cego”.
- Síndrome de Down: A síndrome não é doença, e sim uma alteração genética. Portanto expressões como “vítima de down” ou “portadoras de síndrome de down” ou “vítima da síndrome de down” são totalmente inadequadas. Do mesmo modo, é igualmente equivocado dizer que uma pessoa “padece” ou “sofre” de down, ou que foi “acometida” pela síndrome. A forma correta é pessoa com síndrome de down.
- Transtorno do Espectro Autista (TEA): O Transtorno do Espectro Autista é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por formas específicas de comunicação, interação social e comportamento.

Assim como as demais deficiências, o autismo é diverso e se manifesta de forma distinta em cada pessoa. No dia a dia, a mídia pode se referir como: pessoa com autismo ou pessoa autista, porque não há um consenso quanto à terminologia. Em situações como essa, é recomendável perguntar à pessoa como ela prefere ser relacionada, visto que a preferência pode variar entre os indivíduos.

Como comunicar com respeito

A comunicação respeitosa com pessoas com deficiência começa pelo foco naquilo que realmente importa: suas habilidades, potencialidades e conquistas, e não nas limitações.

- Mostre o potencial, não a limitação**

Ao entrevistar ou retratar uma pessoa com deficiência, destaque suas habilidades, conquistas e ideias. O foco deve ser o que ela faz e pensa, não a deficiência em si.

- Nem heróis, nem vítimas**

Evite extremos: a pessoa com deficiência não deve ser vista nem como coitada, nem como exemplo sobre-humano. Ela é, antes de tudo, uma cidadã com direitos, deveres e talentos.

- Evite comentários sobre ajudas técnicas**

Itens como bengalas, próteses, cadeiras de rodas ou cães-guia não precisam de destaque, a menos que sejam essenciais para compreender a história.

- Trate como qualquer outro entrevistado**

Não há motivo para diferenciar a abordagem apenas porque o entrevistado tem deficiência. Em uma reportagem sobre educação, por exemplo, é desnecessário mencionar que o autor do projeto é cego ou tem deficiência física, se isso não for relevante ao conteúdo.

- Deficiência não é currículo**

Referências à deficiência não devem constar como parte da formação profissional. São características pessoais, não qualificações. O mais importante é valorizar o que a pessoa faz, produz e contribui.

- Retrate a vida cotidiana**

Mostrar pessoas com deficiência em suas atividades diárias, como: estudando, trabalhando, cuidando da família, namorando, praticando esportes. É uma forma de naturalizar sua presença na sociedade e reforçar a igualdade.

- Desconstrua o mito da compensação**

A ideia de que pessoas com deficiência desenvolvem “poderes” para superar limitações é falsa e preconceituosa. Elas têm virtudes e defeitos como qualquer outra pessoa. A deficiência não define caráter, competência nem valor.

Construções equivocadas

Falar sobre pessoas com deficiência exige cuidado, empatia e responsabilidade. A forma como comunicamos pode reforçar preconceitos. Ainda são comuns na mídia expressões e abordagens que soam pejorativas ou discriminatórias.

Por exemplo: “Presa a uma cadeira de rodas” ou “Condenado à...” A cadeira de rodas não é prisão, é um instrumento de autonomia.

Você pode dizer: “usuária de cadeira de rodas” ou “pessoa que usa cadeira de rodas”

Em vez de: “Vítima de deficiência visual” que é inadequado, já que a deficiência não faz de ninguém vítima. Diga: “com deficiência visual desde moça” ou “cega desde jovem.”

A expressão “mesmo sendo uma pessoa com deficiência...” sugere que a deficiência seria impedimento para trabalhar, estudar ou viver com independência. Diga apenas: “Trabalha há mais de 20 anos vendendo balas.”

Evite associar deficiência com a tristeza, mau humor ou amargura. Por exemplo: “A falta de visão não lhe roubou o bom humor”. O certo é foque na pessoa, no trabalho e nas realizações, sem juízo emocional.

E agora, um item muito importante e que costuma ser empregado nas reportagens onde pessoas com deficiência aparecem. Evite, a todo custo, “Lição de vida” e “superação”. Essas expressões devem ser eliminadas de qualquer reportagem sobre pessoas com deficiência. Isso porque a não deve ser tratada como obstáculo vencido, mas como parte da vida.

Notícias como “Médico cego dá lição de vida aos pacientes em Ribeirão Preto (SP)” partem do pressuposto de que alguém com deficiência teria tudo para dar errado, e que seu sucesso é quase um milagre.

Lembre-se: a deficiência não é adjetivo nem limitação de valor.

Comunicação comprometida com a cidadania LGBTQIA+

Promover uma comunicação livre de preconceitos é essencial para garantir a dignidade e os direitos das pessoas LGBTQIA+. O uso inadequado de termos e expressões reforça estigmas e discriminações, muitas vezes de forma inconsciente. Cabe aos profissionais da comunicação reconhecer seu papel formador de opinião e assumir uma responsabilidade social pautada pelo respeito à diversidade humana.

Fazer uma cobertura comprometida com a cidadania LGBTQIA+ significa buscar fontes confiáveis, abrir espaço para diferentes vozes e revisar padrões culturais que ainda perpetuam preconceitos. É também compreender que as temáticas LGBTQIA+ não devem aparecer apenas nas editorias de polícia ou comportamento, mas integrar os debates sobre política, cultura, educação, direitos e cidades, com visibilidade e profundidade.

Compreender gênero, sexo biológico e sexualidade

Para uma comunicação comprometida com a cidadania, é essencial compreender que gênero, sexo biológico e sexualidade não são sinônimos. Cada um desses conceitos têm significados distintos e ajudam a explicar diferentes dimensões da experiência humana.

- Gênero**

O conceito de gênero surgiu nos anos 1970, fortemente influenciado pelo movimento feminista. Ele diferencia o que é biológico do que é social, reconhecendo que ser homem ou ser mulher é uma construção cultural, moldada pelas normas, costumes e expectativas de cada sociedade. Assim, o gênero diz respeito aos papéis, comportamentos e identidades que cada cultura atribui a pessoas a partir de sua percepção sobre o sexo.

- Sexo biológico**

O sexo biológico se refere às características físicas e genéticas com as quais uma pessoa nasce, como cromossomos, genitália, composição hormonal e capacidades reprodutivas. Em geral, essas características são classificadas como macho, fêmea ou intersexo, mas não determinam o gênero da pessoa. O que existe é uma expectativa social associada ao corpo, e não uma correspondência obrigatória entre biologia e identidade.

- **Sexualidade**

A sexualidade é uma dimensão ampla e dinâmica que abrange o desejo, o afeto, o prazer, as relações e as formas de expressão corporal e emocional. Ela é construída socialmente e atravessada por fatores culturais, históricos e políticos. Mais do que um aspecto biológico, a sexualidade envolve como o amor, o vínculo e o prazer, e pode variar ao longo da vida, dos contextos e das experiências individuais.

Orientação sexual

A orientação sexual diz respeito à atração afetiva, emocional e/ou sexual que uma pessoa sente por outra, podendo ser por alguém do mesmo gênero, de outro gênero ou de mais de um gênero.

Tradicionalmente, são reconhecidas três orientações principais:

- Homossexualidade – atração por pessoas do mesmo gênero;
- Heterossexualidade – atração por pessoas de gênero diferente;
- Bissexualidade – atração por pessoas de mais de um gênero.

Além dessas, outras orientações também expressam formas legítimas de viver o afeto, o amor e o desejo:

- Assexualidade – ausência de atração sexual, seja por pessoas do mesmo ou de outro gênero. Pessoas assexuais podem ou não vivenciar vínculos afetivos, mas não sentem desejo sexual.
- Pansexualidade – atração afetiva e/ou sexual por pessoas independentemente do gênero ou do sexo biológico. A pansexualidade reconhece a diversidade humana e não se limita a categorias binárias (homem/mulher), valorizando o indivíduo em sua totalidade.

É importante compreender que a orientação sexual é diversa e varia de pessoa para pessoa. Existem muitas formas legítimas de viver o afeto, o desejo e o amor, e todas merecem respeito e reconhecimento.

Identidade e expressão de gênero

A identidade de gênero é a vivência interna e individual que cada pessoa tem sobre o próprio gênero, ou seja, como ela se reconhece e se sente. Essa identidade pode ou não corresponder ao sexo que lhe foi atribuído no nascimento.

Envolve o senso pessoal do corpo, que pode incluir, por escolha própria, modificações na aparência, na forma de se vestir, de falar ou de se expressar.

A identidade de gênero é, portanto, uma convicção íntima e legítima: ser homem, mulher, ambos, nenhum ou algo além dessas categorias. Ela não depende da anatomia nem precisa estar visível para as outras pessoas.

Entenda:

A identidade de gênero é a vivência interna e individual que cada pessoa tem sobre o próprio gênero — ou seja, como ela se reconhece e se sente. Essa identidade pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento e envolve o senso pessoal do corpo, que pode incluir, por escolha própria, modificações na aparência, na forma de se vestir, de falar ou de se expressar.

A identidade de gênero é, portanto, uma convicção íntima e legítima: ser homem, mulher, ambos, nenhum ou algo além dessas categorias. Ela não depende da anatomia nem precisa estar visível para as outras pessoas.

Já a expressão de gênero diz respeito à forma como cada pessoa manifesta publicamente seu gênero, por meio da aparência, da vestimenta, do corte de cabelo, da voz, dos gestos e da maneira de se comportar e se relacionar. A expressão de gênero pode — ou não — coincidir com o sexo biológico ou com o gênero atribuído no nascimento.

Em uma comunicação comprometida com a cidadania, é fundamental respeitar a identidade e a expressão de gênero de todas as pessoas, reconhecendo o direito de cada uma de viver conforme quem é, sem imposições, julgamentos ou estereótipos.

Principais termos relacionados à identidade de gênero:

- Agênero: pessoa que não se identifica com nenhum gênero;
- Gênero fluido: pessoa cuja identidade varia ao longo do tempo, podendo se sentir mais masculina, feminina ou entre ambos;
- Cisgênero: pessoa que se identifica com o gênero atribuído no nascimento, está ligado diretamente ao sexo biológico;
- Transgênero (ou pessoa trans): termo amplo para quem não se identifica com o gênero designado ao nascer, incluindo pessoas transexuais e travestis;
- Transexual: pessoa cuja identidade de gênero difere do sexo biológico;

- Travesti: pessoa que se identifica com uma construção de gênero feminina, oposta ao sexo biológico, podendo ou não modificar o corpo. O termo, antes usado de forma pejorativa, hoje é reivindicado com orgulho e significado político;
- Queer: termo usado por pessoas que rejeitam rótulos rígidos de gênero ou orientação sexual, reconhecendo-se fora das categorias tradicionais;
- Pessoa não-binária: é aquela que não se identifica exclusivamente como homem ou mulher. Pode se reconhecer com uma combinação de gêneros, com nenhum deles, ou ainda transitar entre diferentes expressões de gênero.

As pessoas não-binárias rompem com a lógica do binarismo de gênero, mostrando que existem múltiplas formas legítimas de viver e expressar o gênero.

Expressão de gênero

Já a expressão de gênero diz respeito à forma como cada pessoa manifesta seu gênero no mundo, por meio da aparência, da vestimenta, do corte de cabelo, da voz, dos gestos e da maneira de se comportar e se relacionar. A expressão de gênero pode — ou não — coincidir com o sexo biológico ou com o gênero atribuído no nascimento.

Entenda:

- Androginia: aparência ou comportamento que mistura características associadas a ambos os gêneros.
- Cross-dresser: pessoa, geralmente homem, que usa roupas associadas a outro gênero ocasionalmente, como forma de expressão pessoal, sem desejar transição.
- Transformista: pessoa que se veste e se apresenta como outro gênero para fins artísticos.
- Drag queen: homem que se monta com roupas femininas de forma artística e performática, com ênfase no humor e na extravagância.
- Drag king: mulher que se monta com roupas masculinas para performances artísticas.

O que significa cada letrinha da sigla LGBTQIA+?

A sigla LGBTQIA+ é resultado de um processo histórico e de resistência, que vem mostrando, no Brasil e no mundo, a importância de reconhecer e respeitar a singularidade de cada existência.

Antes, por exemplo, era comum o uso do termo GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), criado na década de 1990. Com o tempo, no entanto, percebeu-se que muitas identidades ficavam de fora, como as pessoas trans, que continuavam à margem da sociedade, sem representação social e política. O termo ficou ultrapassado e, se usado hoje, pode soar até mesmo de forma incômoda.

Assim, chega-se à sigla LGBT, termo oficial aprovado em 2008 na 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. A mudança se alinhou ao padrão mundial e trouxe, além da representatividade trans, o L de lésbicas em primeiro lugar, reconhecendo o protagonismo das mulheres na luta por direitos.

E, com o espírito de incluir quem foi deixado de fora, a sigla tem se atualizado, e passou a incorporar o Q de queer, o A de assexual, o I de intersexo e, mais recentemente, o P de pansexual, formando o LGBTQIAP+.

O sinal de “+” sinaliza todas as pessoas e identidades que não estão expressas na sigla, mas que também enfrentam o preconceito e lutam por visibilidade. Ele reforça a ideia de que ninguém deve ser excluído, especialmente quem não se enquadra nos padrões da heteronormatividade e da cisgenerideade.

Antes de tudo, é importante reforçar: não se trata apenas de um conjunto de letras, mas de vidas reais, histórias e identidades que lutam por reconhecimento, dignidade e respeito.

A principal informação que você precisa saber é que cada letra representa uma orientação sexual ou uma identidade de gênero, e a sigla vai crescendo à medida que novas pessoas passam a reivindicar o direito de se ver representadas.

Lésbicas - Orientação sexual de mulheres cis ou trans que sentem atração afetiva e/ou sexual por outras mulheres (também cis ou trans);

Gays - Orientação sexual de homens cis ou trans que sentem atração afetiva e/ou sexual por outros homens (também cis ou trans);

B – Orientação sexual de pessoas que sentem atração afetiva e/ou sexual por mais de um gênero, podendo se relacionar com homens e mulheres (cis ou trans).

T – Transgênero: pessoas cuja identidade de gênero é diferente do sexo designado no nascimento. Podem se reconhecer como homens trans ou mulheres trans.

- Travesti: pessoa que não se identifica com o sexo biológico e constrói uma identidade de gênero feminina, podendo ou não modificar o corpo. O termo, historicamente usado de forma pejorativa, foi ressignificado como símbolo de resistência e orgulho político.

Q - Queer: termo usado para pessoas que não se identificam dentro das normas binárias (homem/mulher) e vivem o gênero e a sexualidade de forma fluida. "Queer", que em inglês significa "estranho", foi ressignificado como uma afirmação de liberdade e diversidade.

I – Intersexo: pessoas nascidas com variações em características sexuais biológicas (como genitália, hormônios ou cromossomos) que não se encaixam nas definições típicas de masculino ou feminino. No passado, eram chamadas de "hermafroditas", termo hoje considerado incorreto.

A – Assexual: pessoa que não sente atração sexual, seja por pessoas do mesmo gênero ou de outro gênero. Pode ou não estabelecer vínculos afetivos e românticos.

P – Pansexual: pessoa que sente atração afetiva e/ou sexual por outras pessoas independentemente do gênero ou do sexo biológico. A pansexualidade valoriza o indivíduo em sua totalidade, não as categorias de gênero.

N – Não-binário(a): pessoa que não se identifica exclusivamente como homem ou mulher, e pode se reconhecer com ambos os gêneros, com nenhum deles, ou variar ao longo do tempo.

+ – O sinal de "+" é usado para representar outras identidades e orientações que não estão descritas pelas letras. Ele simboliza inclusão, diversidade e respeito a todas as formas de existir, sentir e se identificar. Mais do que um complemento, o "+" reforça a ideia de que ninguém deve ser deixado de fora e que a sigla está sempre em construção, acompanhando as transformações sociais e o reconhecimento de novas identidades dentro da comunidade.

Comunicação sem estereótipos: a notícia além da orientação sexual

Orientação sexual não é manchete. O foco é a pessoa, não sua orientação sexual. Quando o jornalismo assume o compromisso de uma comunicação comprometida com a cidadania, ele entende que respeito também se escreve nas entrelinhas.

A notícia não tem orientação sexual, e sim histórias, contextos e direitos. Falar de pessoas, não de rótulos, é reconhecer que o papel da imprensa vai além de narrar fatos: é contribuir para uma sociedade mais justa, diversa e humana.

É por isso que uma cobertura responsável evita estereótipos e sensacionalismos, valorizando a ação, a trajetória e o impacto social das histórias, e não a identidade de quem as protagoniza. Em suma: não é sobre “ser LGBT+”, é sobre ser cidadão.

Respeite o nome social e o pronome

Usar o nome e o pronome corretos é um ato de respeito e reconhecimento da identidade de cada pessoa. Entende-se por nome social aquele adotado pela pessoa, por meio do qual ela se identifica e é reconhecida na sociedade.

Em qualquer situação, especialmente na comunicação jornalística, utilize o nome e o pronome com os quais a pessoa se identifica. Se houver dúvida sobre como se referir, pergunte com naturalidade como ela gostaria de ser chamada. Essa é a forma mais simples e respeitosa de garantir uma convivência cidadã.

Jamais pergunte o “nome de nascimento” (também chamado de “nome morto”), quando a pessoa “virou” trans, gay ou lésbica, ou sobre cirurgias ou procedimentos corporais.

Se for realmente importante para o conteúdo, aborde o tema com cuidado: pergunte quando a pessoa percebeu ou se reconheceu como LGBTQIA+, e nunca quando “se tornou”. Lembre-se da sensibilidade envolvida, afinal, ninguém costuma ser questionado sobre quando se descobriu heterossexual ou cisgênero.

Identidade de gênero não é definida por cirurgia ou por alterações corporais: ninguém precisa alterar seus órgãos genitais para se tornar homem ou mulher, e a identidade de cada pessoa deve ser reconhecida independentemente do corpo.

Na linguagem, pequenas escolhas fazem grande diferença. Diga “a travesti”, e não “o travesti”, pois trata-se de uma identidade de gênero feminina.

Se for imprescindível explicar a transição, substitua ainda o termo “mudança de sexo” por “readequação de sexo e gênero”, que reconhece o processo como um conjunto de estratégias de cuidado e acompanhamento integral — médico, psicológico e social — e não como requisito para a identidade de gênero.

Mas lembre-se: não é uma genitália que define a pessoa, e também não é da conta de ninguém, muito menos de interesse público, questionar sobre isso. Reflita: você faria a mesma pergunta a uma pessoa heterossexual ou cisgênera?

Respeitar o nome social, o pronome e as expressões corretas, além de ser uma escolha ética e cidadã, também é reconhecer o direito de cada pessoa de existir plenamente como quem é, independentemente do corpo, das cirurgias ou do momento em que decidiu se assumir.

Quando for falar em crimes: evite sensacionalismo sobre orientação sexual ou identidade de gênero

Notícias sobre delitos envolvendo pessoas LGBTQIA+ costumam atrair atenção e curiosidade, mas é fundamental que a cobertura não transforme a orientação sexual ou a identidade de gênero em manchete.

Expor ou destacar esse aspecto da vida da vítima ou do acusado, quando não é relevante para o caso, contribui para estigmatização e marginalização social. Por exemplo, títulos como "Professor gay flagrado roubando em supermercado" ou menções repetidas à orientação sexual ou identidade de gênero da vítima são inadequados e desnecessários.

O princípio é simples: trate pessoas LGBTQIA+ da mesma forma que qualquer outra pessoa. Se o acusado ou vítima não tivesse uma orientação sexual ou identidade de gênero diferente da heterossexualidade ou cisgêneridade, você não incluiria essa informação na matéria. Portanto, quando o crime não tem relação com preconceito ou violência motivada por homofobia, lesbofobia ou transfobia, não há necessidade de mencionar a orientação sexual ou identidade de gênero.

A regra também vale para vítimas: sua orientação sexual ou identidade de gênero só deve ser mencionada se tiver relevância direta para o caso, como em crimes motivados por ódio ou discriminação. Em todos os demais casos, o destaque deve ser o crime em si, suas circunstâncias e impactos, preservando o respeito e a dignidade da pessoa.

Seguindo esse padrão, o jornalismo contribui para uma cobertura responsável, ética e comprometida com a cidadania, evitando reforçar estereótipos e protegendo a comunidade LGBTQIA+ de exposições desnecessárias ou sensacionalistas.

O que é LGBTQIA+fobia?

Todas as violações e restrições de direitos enfrentadas pela população LGBTQIAPN+ são reflexo de um fenômeno conhecido como LGBTQIA+fobia. O termo surgiu da ampliação de "homofobia", expressão que se popularizou para descrever a violência e a discriminação contra homens gays e mulheres lésbicas. Com o tempo, o movimento LGBTQIA+ ampliou o conceito para incluir todas as identidades e orientações sexuais fora dos padrões heteronormativos.

A LGBTfobia, portanto, é a discriminação, o preconceito ou o ódio contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e demais identidades de gênero e orientações sexuais que destoam da heterossexualidade. É um termo guarda-chuva, que abrange todas as pessoas oprimidas por não se enquadarem nas normas de gênero impostas pela sociedade.

Essa violência pode ser letal, mas também se manifesta de formas sutis: nas piadas que estigmatizam, nas ofensas veladas, ou na exclusão de pessoas trans de oportunidades de trabalho e ascensão profissional.

Desde 2019, a LGBTfobia é considerada crime no Brasil. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, naquele ano, que a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero deve ser equiparada ao crime de racismo, até que exista uma legislação específica sobre o tema.

Como a comunicação pode enfrentar a LGBTQI+fobia

- O jornalismo e os meios de comunicação têm papel fundamental na redução do preconceito e da discriminação. Boas práticas incluem:
- Evitar sensacionalismo: não destaque a orientação sexual ou identidade de gênero da vítima ou do acusado se for irrelevante à notícia.
- Usar nomes e pronomes corretos: respeitar a forma como a pessoa se identifica é parte essencial da ética jornalística.
- Dar visibilidade às políticas públicas e ações afirmativas: mostre o protagonismo e dos direitos das pessoas LGBTQIA+.
- Contextualizar casos de violência: trate-os como reflexos de desigualdades estruturais, não de características individuais.
- Promover representatividade positiva: inclua vozes LGBTQIA+ em pautas diversas, reforçando que fazem parte de todos os espaços sociais.

Quando adota essas práticas, a comunicação fortalece a cidadania e ajuda a construir uma sociedade onde todas as pessoas sejam tratadas com dignidade e respeito.

A linguagem importa

A linguagem é um dos instrumentos mais poderosos para respeitar a comunidade LGBTQIA+ e combater estereótipos. No jornalismo e na comunicação em geral, é essencial compreender que nem toda opinião é uma mera opinião, muitas vezes, trata-se de discurso de ódio e deve ser reconhecido como tal.

Ao abordar o tema, evite dar voz ao preconceito. O papel da mídia e da comunicação institucional também é educar e informar com responsabilidade, atualizando termos e abandonando expressões que carregam estígmata.

Homossexualismo nunca deve ser utilizado — o termo correto é homossexualidade, pois o sufixo “-ismo” remete a doença, e a homossexualidade não é uma patologia.

Nunca se refira à orientação sexual como “opção”. Ninguém “opta” por ser heterossexual, homossexual ou bissexual. O termo correto e respeitoso é orientação sexual.

Em coberturas de eventos e manifestações, utilize a forma “Parada da Diversidade” ou “Parada LGBTQIA+”, em vez de “Parada Gay”. A celebração é da diversidade e reúne pessoas de todas as idades, famílias, pessoas com deficiência, jovens, idosos, heterossexuais e LGBTQIA+.

Jamais revele a orientação sexual ou a identidade de gênero de alguém sem consentimento, inclusive em casos de pessoas falecidas. A divulgação sem autorização pode causar danos pessoais e legais.

Evite frases e perguntas que reforçam preconceitos, como:

“Não precisa sair contando que você é gay/lésbica/bissexual...”

“Quem é o homem ou a mulher da relação?”

“Tudo bem ser trans, contanto que não me force nada.”

A comunicação comprometida com a cidadania é aquela que acolhe, respeita e educa, ajudando a construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Comunicação antirracista

O jornalismo tem papel essencial na promoção da cidadania de pessoas negras, quilombolas e de povos de terreiro, valorizando suas vozes e trajetórias.

Ser antirracista é mais do que evitar termos ofensivos, é agir ativamente contra o racismo, usando a linguagem e a comunicação para reparar, reconhecer e transformar.

A comunicação antirracista reconhece e enfrenta as desigualdades raciais ainda presentes na sociedade e nos meios de comunicação. Embora 56% da população brasileira se declare negra (IBGE, 2022), essa maioria segue invisibilizada em espaços de decisão e também na mídia.

É um compromisso cotidiano de pessoas e instituições com uma sociedade mais justa, diversa e igualitária.

Desconstrução da linguagem

A Língua Portuguesa no Brasil foi moldada sob a influência do período de escravização, e muitas expressões desse tempo ainda são usadas, mesmo que de forma inconsciente. É essencial repensar palavras e ditos populares que carregam significados racistas e reforçam estereótipos.

Expressões como “pé na senzala”, por exemplo, remetem a uma época de violência e desigualdade, e seu uso perpetua uma herança racista presente na cultura e na comunicação. Mesmo sem intenção, certas palavras mantêm sentidos negativos e ferem a dignidade das pessoas negras.

O racismo se manifesta também na linguagem. Por isso, a comunicação é fundamental para sua desconstrução, seja eliminando expressões racistas ou ressignificando termos e imagens que reforçam desigualdades.

Adotar uma linguagem antirracista é um ato de consciência e empatia. Envolve rever hábitos, promover conscientização e transformar as representações de pessoas negras na sociedade — compromisso que deve ser assumido tanto por indivíduos quanto por instituições.

Frente à ascensão da desinformação e dos discursos de ódio, torna-se ainda mais urgente fortalecer práticas antirracistas nas redes, aproximando o jornalismo e a comunicação pública das pautas sociais e da diversidade real do país.

Boas práticas antirracistas na comunicação diária

Palavras importam. Use uma linguagem que garanta representação justa e respeitosa, evitando termos discriminatórios, estigmatizantes ou que reforcem estereótipos.

Em vez de expressões imprecisas como “pessoa de cor”, “moreninho” ou “mulato”, prefira “pessoa negra” ou “afrodescendente”.

Priorize a autoidentificação: pergunte como a pessoa gostaria de ser identificada e respeite sua escolha.

- Exemplos de expressões que devem ser evitadas:

Em vez de: “A coisa tá preta”

Prefira: a situação está difícil/complicada.

Associa o termo “preto” a algo negativo, reforçando um viés racista. Em vez de: “Cabelo ruim”

Prefira: cabelos crespos ou cacheados.

Desvaloriza características físicas de pessoas negras. Cabelos não são bons ou ruins, apenas diferentes.

Em vez de: “Macumbeiro”

Prefira: praticante de religião de matriz africana, candomblecista ou umbandista.

O termo é usado de forma pejorativa e deve ser substituído por denominações corretas e respeitosas.

Em vez de: “Boçal”

Prefira: ignorante ou grosseiro(a).

Durante a escravidão, designava pessoas escravizadas que não falavam português. Seu uso atual mantém essa carga discriminatória.

Em vez de: “Escravo(a)”

Prefira: pessoa escravizada.

O termo “escravo” naturaliza uma condição imposta pela violência. “Escravizado” reconhece o processo histórico de opressão.

Em vez de: “Denegrir”

Prefira: difamar ou caluniar.

Reforça a associação de “tornar negro” a algo negativo e deve ser evitado.

Em vez de: “Esclarecer”

Prefira: explicar ou elucidar.

Embora pareça neutro, o termo pode carregar o sentido simbólico de que “clareza” é positiva e “negritude” é ausência de entendimento.

Diversifique e contextualize conteúdos

Busque uma ampla variedade de vozes e referências em seus conteúdos. Inclua pessoas negras como especialistas, comentaristas e protagonistas das histórias, garantindo uma representação equilibrada em diferentes áreas — da astronomia à gastronomia, por exemplo.

Consulte também coletivos e organizações que atuam na defesa dos direitos e da representatividade de populações sub-representadas. Esses grupos oferecem insights valiosos e ajudam a evitar equívocos, fortalecendo uma comunicação mais ética e responsável.

Garanta que suas narrativas — em textos, campanhas, sites ou redes sociais — representem a diversidade da sociedade. Além de ouvir fontes diversas, retrate pessoas de diferentes ascendências étnico-raciais em imagens e depoimentos, permitindo que as próprias comunidades contem suas histórias.

Ao abordar temas ligados a populações racializadas, especialmente pessoas negras, ofereça contexto histórico e social para que o público compreenda as raízes e os impactos das desigualdades. Esse cuidado ajuda a evitar visões superficiais e preconceituosas.

Fuja da vitimização: embora seja importante tratar das desigualdades e desafios enfrentados por pessoas negras, não as retrate apenas como vítimas. Valorize também suas realizações, contribuições e histórias de sucesso.

Mencione a origem étnico-racial de uma pessoa apenas quando for relevante para o contexto da história, evitando o uso desnecessário desse marcador.

Demonstre respeito às culturas e experiências de populações marginalizadas, evitando qualquer forma de apropriação, estereotipação ou ridicularização de práticas, símbolos e tradições.

Durante o desenvolvimento da pauta, contemple olhares diversos e uma abordagem interseccional, reconhecendo que as desigualdades têm múltiplas causas.

Em entrevistas, obtenha consentimento, atribua corretamente as falas e explique as possíveis consequências da exposição.

Evite estereótipos, generalizações e sensacionalismo. Cada pessoa tem uma trajetória única — e a representatividade negra deve aparecer em múltiplas expressões, integrando também a diversidade de gênero, idade, território, capacidade, religião e classe social.

Representatividade racial

A representatividade racial é peça-chave da comunicação antirracista. Mostrar pessoas negras em imagens, vídeos, peças publicitárias e outros materiais não serve apenas à inclusão: demonstra a relevância e o protagonismo dessas pessoas na sociedade campineira e brasileira.

- Princípios práticos

Diversifique papéis: privilegie pessoas negras em posições de destaque e relevância, não só em papéis subalternos ou decorativos.

Evite representação exclusiva em contextos de vulnerabilidade: ao tratar de pobreza, violência ou precarização, não ilustre exclusivamente com pessoas negras, porque isso reforça estereótipos.

Não reduza a pessoa negra a três arquétipos: vítima; potencial agressor; ou indivíduo permanentemente incapaz de ascender socialmente.

- Publicidade e bancos de imagem

Ao usar bancos de imagem ou contratar atores, busque diversidade real da população brasileira e prefira cenas que mostrem protagonismo negro.

Use bancos plurais para evitar imagens que reproduzam clichês e estereótipos.

- Culturas e religiosidades

Valorize contribuições culturais de diferentes grupos raciais e evite apropriação cultural. Tenha sensibilidade especial com povos de terreiro, religiões de matriz africana e culturas locais.

Quando abordar práticas religiosas ou culturais, nomeie corretamente, por exemplo: candomblecista, umbandista, e evite termos pejorativos.

- **Imagens sensíveis e memória histórica**

Ao reproduzir imagens que remetam à escravidão, chacinas ou outras violências históricas, avalie a real necessidade da reprodução gráfica.

Se a imagem for imprescindível, contextualize claramente e, quando possível, aplique tratamentos como legendas ou marcações que indiquem caráter crítico ou educativo.

- **Ética e revisão**

Faça uma revisão minuciosa antes de publicar: pergunte qual mensagem a imagem transmite e se ela é representativa e respeitosa.

Respeite a privacidade dos envolvidos e evite manipulações (ângulos, cortes, montagens) que distorçam o contexto ou o significado.

Em entrevistas e materiais com depoimentos, obtenha consentimento informado e explique possíveis consequências da exposição.

Adotar essas práticas ajuda a construir narrativas mais justas e reais, onde a presença negra não é simbólica, mas visível, diversa e protagonista.

Retratando os povos indígenas na imprensa

Mato Grosso do Sul é historicamente palco de notícias sobre povos originários, especialmente relacionadas à terra. Nesse contexto, o papel da comunicação é essencial para romper estereótipos e garantir que essas narrativas sejam contadas com respeito, equilíbrio e justiça.

A luta por terra e demarcação é uma pauta delicada e complexa — cabe à imprensa relatar os fatos com responsabilidade, sem tomar partido, garantindo espaço para todas as vozes envolvidas.

Ao noticiar sobre povos indígenas, é fundamental construir pontes com comunicadores e organizações indígenas, assegurando uma cobertura que valorize suas experiências, visões e perspectivas. Dê protagonismo às pessoas indígenas nas pautas, reconhecendo sua autonomia e diversidade cultural.

Evite generalizações: não existe um “povo indígena” único, mas sim uma multiplicidade de etnias, línguas e modos de vida. Priorize fontes de comunicação indígenas, além das redes sociais e coletivos de mídia criados por eles, para compreender e representar com fidelidade suas realidades.

• Entendendo o contexto indígena de MS

Antes da colonização europeia, o território de Mato Grosso do Sul era habitado por diferentes povos indígenas como Guarani, Terena, Kadiwéu, Ofaié e outros, que viviam de forma sustentável, com base na caça, pesca, coleta e agricultura.

Com a chegada de espanhóis e bandeirantes, entre os séculos XVI e XVII, iniciou-se o contato e o impacto colonial, com missões jesuíticas, deslocamentos forçados e perda de terras.

No século XIX, a Guerra do Paraguai devastou territórios indígenas e abriu espaço à colonização e criação de fazendas de gado, agravando a expropriação. No século XX, o Estado Brasileira passa a adotar políticas de “integração” que buscavam assimilar os povos indígenas, criando reservas em terras pouco férteis e gerando conflitos com fazendeiros.

A partir das décadas de 1970 e 1980, movimentos indígenas se fortaleceram, lutando pela demarcação de terras. A Constituição de 1988 reconheceu os direitos originários sobre seus territórios, embora a aplicação ainda enfrente resistência.

Atualmente, persistem desafios como lentidão nas demarcações, violência, invasões e marginalização econômica. Ao mesmo tempo, comunidades seguem lutando pela preservação cultural e pela autonomia.

Diversidade indígena em Mato Grosso do Sul

É fundamental compreender a diversidade dos povos indígenas que compõem Mato Grosso do Sul. O Estado abriga, oficialmente, oito etnias, cada uma com sua própria história, língua, organização social e visão de mundo.

Cada grupo indígena possui cultura e tradições transmitidas de geração em geração, que se expressam em rituais, festivais, práticas de caça, agricultura, culinária e no artesanato. Essas manifestações culturais são parte viva da identidade e da resistência desses povos.

Reconhecer essa diversidade é essencial para evitar generalizações e valorizar as múltiplas formas de ser e viver indígena presentes no território sul-mato-grossense.

- **Organização e vida comunitária**

Apesar das diferenças entre os povos, há estruturas semelhantes que sustentam suas formas de organização e convivência coletiva:

Social: famílias extensas e convivência intergeracional, com profundo respeito aos anciões, lideranças e guardiões dos saberes espirituais.

Econômica: agricultura de subsistência (mandioca, milho, feijão), pesca, caça e produção de artesanato, que garantem autonomia e mantêm vivas as tradições culturais.

Política: caciques e conselhos de anciões orientam as decisões internas e conduzem as mobilizações em defesa dos direitos e da terra, reforçando a importância da coletividade e da escuta comunitária.

- **Principais Etnias Indígenas de Mato Grosso do Sul**

Guarani Kaiowá e Guarani Ñandeva - Um dos maiores grupos do Estado, são um povo que tem forte relação com a terra e com o cultivo tradicional, e a espiritualidade centrada em Nhanderu, o criador.

Terena - O povo terena é remanescente dos povos do Chaco, são uma etnia que valoriza a harmonia com a natureza, além de serem ricos em tradição oral e musical, com festas e rituais marcados por danças e cantos.

Kadiwéu - Reconhecidos por sua habilidade como cavaleiros e guerreiros, os Kadiwéu participaram da Guerra do Paraguai e se organizam como uma sociedade baseada em clãs. Também tem forte tradição artística e resistência cultural.

Ofaié - Com presença registrada desde o século XVIII nas regiões de rios do Estado, este povo é conhecido pelos saberes em medicina tradicional e pela tradição oral.

Kinikinau - Grupo da família linguística Aruak, é uma etnia que vive da agricultura e mantém esforço ativo de preservação cultural e linguística. Apesar de terem uma trajetória de invisibilização histórica, é um povo que mantém viva a memória coletiva.

Atikum - Originários de Pernambuco, migraram para o MS, onde são conhecidos pelas práticas agrícolas e rituais religiosos, além de valorizar a continuidade de suas tradições mesmo fora do território original.

Guató - Habitantes tradicionais do Pantanal, este povo tem ligação profunda com a água, usa canoa e vive da pesca. Estrutura social baseada em famílias extensas e cooperação comunitária.

Indígena, etnia e terminologias corretas

Um dos grandes pontos para uma comunicação respeitosa e comprometida com a cidadania dos povos indígenas é usar terminologias corretas.

Para designar o indivíduo, use indígena, e não índio. A segunda palavra, além de equivocada, reproduz o estereótipo. Lembrando que “índio” teria vindo a partir da colonização, quando Cristóvão Colombo pensou ter chegado às Índias.

- O correto é povo indígena ou então originário, ambos significam “aquele que está ali antes dos outros”, e valoriza a diversidade e o pertencimento de cada povo.
- Prefira também os termos aldeia, comunidade indígena, terra indígena ou território indígena, em vez de tribo, e para se referir a um conjunto de pessoas, use etnia ou povo.

Autodeclaração e reconhecimento

A identidade indígena é definida pela autodeclaração. Ou seja, uma pessoa é indígena a partir do momento em que se reconhece como tal, independentemente de documentos, aparência física ou local de moradia. Importante frisar este ponto: indígenas não moram, necessariamente, em aldeias. Esse princípio reforça o direito à autonomia cultural e identitária dos povos originários.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inclusive incorporou a perspectiva no último Censo, reconhecendo a autodeclaração como critério oficial para identificar a população indígena no País. Esse avanço reafirma o respeito à diversidade e ao protagonismo dos próprios povos na definição de quem são.

A imprensa e os povos indígenas: cuidado com estereótipos e narrativas parciais

Ao tratar de pautas sobre os povos indígenas, é essencial que a imprensa atue com responsabilidade, precisão e respeito, evitando reproduzir discursos que reforçam preconceitos ou distorcem a realidade.

Historicamente, parte significativa da mídia brasileira construiu um imaginário sobre os povos indígenas baseado em uma visão etnocêntrica, herdada do período colonial. Expressões como “índios invadem”, “índios matam” ou “índios bloqueiam” ainda aparecem em manchetes, perpetuando a ideia de ameaça ou conflito constante.

Esses termos não apenas tomam partido — ao sugerirem quem seria o “invasor” —, como também ferem o princípio da imparcialidade jornalística. O papel da imprensa não é julgar, mas informar com equilíbrio, mostrando todos os lados e os contextos históricos, políticos e sociais que compõem cada situação.

No caso de Mato Grosso do Sul, é igualmente importante não generalizar a relação dos povos indígenas com temas como violência ou uso de álcool. Embora existam situações preocupantes, elas não representam uma “característica” indígena, mas sim consequências de um histórico de exclusão, perda territorial e ausência de políticas públicas adequadas.

Autores como Fulkaxó (2019) e Nankupé lembram que o jornalismo tem o dever de informar para esclarecer, não para tutelar. O repórter deve apurar com isonomia, dar voz aos próprios indígenas e compreender os interesses e os atores sociais envolvidos em cada contexto.

Ao longo da história, a cobertura da imprensa sobre os povos indígenas passou por transformações importantes. Se, no início do século XX, predominava a visão do “índio bravo” e “selvagem”, nas décadas seguintes surgiram novos marcos:

Década de 1970: a visibilidade da causa indígena cresceu com lideranças, posteriormente com a ECO ECO 92, que ampliou a presença indígena no debate internacional, com os próprios povos produzindo e divulgando suas notícias e imagens.

Esses momentos marcam uma virada: os povos indígenas assumiram a narrativa sobre si mesmos, utilizando seus próprios meios de comunicação, escolas e coletivos audiovisuais.

Dito isso, ao escrever sobre povos indígenas:

Evite termos que indiquem julgamento ou tomem partido, como “invasão” ou “confronto” — prefira “reivindicação”, “demarcação”, “mobilização” ou “ocupação reivindicatória”.

A imprensa e os povos indígenas: cuidado com estereótipos e narrativas parciais

Ao tratar de pautas sobre os povos indígenas, é essencial que a imprensa atue com responsabilidade, precisão e respeito, evitando reproduzir discursos que reforçam preconceitos ou distorcem a realidade.

Historicamente, parte significativa da mídia brasileira construiu um imaginário sobre os povos indígenas baseado em uma visão etnocêntrica, herdada do período colonial. Expressões como “índios invadem”, “índios matam” ou “índios bloqueiam” ainda aparecem em manchetes, perpetuando a ideia de ameaça ou conflito constante.

Contextualize os fatos históricos e sociais que originam os conflitos.

- Valorize a diversidade e o protagonismo das próprias comunidades.
- Respeite as formas de comunicação e expressão indígenas.

A imprensa tem poder para reconstruir imaginários. Fazer isso com ética e sensibilidade é contribuir para uma narrativa mais justa e verdadeira sobre os povos originários.

Para concluir

Comunicar com respeito, compromisso e empatia é um exercício diário. Mais do que técnica, é uma postura diante do outro e do mundo. Cada pauta, cada entrevista e cada escolha de palavra têm o poder de construir ou desconstruir preconceitos.

Por isso, a comunicação comprometida com a cidadania começa dentro de nós. Autoavaliação é uma prática essencial: reflita sobre seus próprios privilégios e preconceitos, que todos nós temos. Estar aberto a críticas construtivas, a aprender e se transformar é o que impulsiona o crescimento de quem comunica, seja jornalista, servidor público, criador de conteúdo ou influenciador.

A diversidade que atravessa este guia, de gênero, geração, corpo, cor, cultura, orientação, origem e identidade, não representa “minorias”. Pelo contrário: juntas, essas pessoas são a maioria dos brasileiros, dos sul-mato-grossenses. São nossos vizinhos, familiares, amigos. Somos todos nós.

Reconhecer isso é reconhecer o valor da diferença como base da convivência. É entender que a comunicação não se faz apenas para falar, mas também para escutar. E que ela precisa ser praticada todos os dias, não apenas em datas específicas ou campanhas temáticas.

Uma comunicação comprometida com a cidadania pode e deve incluir todas as pessoas diariamente. É assim que fortalecemos a democracia, o respeito e o sentido real de pertencimento que constrói um Estado verdadeiramente de todos.

**Secretaria de Estado da Cidadania
de Mato Grosso do Sul**

**www.sec.ms.gov.br
comunicacao@sec.ms.gov.br
(67) 3348-6659**

**Av. Ceará, 984 - Vila Antonio Vendas, Campo
Grande - MS, 79003-010**

